

Projeto: “Conservação da Biodiversidade através da Integração de Serviços Ecossistêmicos em Políticas Públicas e na Atuação Empresarial – TEEB Regional-Local”

PN: 12.9005.5-001-00

TERMOS DE REFERÊNCIA

Apoio à implementação da política estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) no Paraná

Contextualização

Esse trabalho é fruto da cooperação entre os projetos “Conservação da Biodiversidade através da Integração de Serviços Ecossistêmicos em Políticas Públicas e na Atuação Empresarial – TEEB Regional-Local” e “Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica”, coordenados pelo Departamento de Conservação de Ecossistemas, Secretaria de Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente (DECO/SBio/MMA) com o apoio da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)* GmbH, e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná (SEMA-PR).

Projeto “TEEB Regional e Local” (TEEB R - L)

O TEEB R - L é uma iniciativa do MMA, em parceria com a CNI e GIZ, que busca promover a integração dos serviços ecossistêmicos em políticas públicas e na atuação empresarial, tendo dentre outras ações o desenvolvimento de abordagens, a construção de métodos e ferramentas de ação. O projeto TEEB R - L contribui para a iniciativa internacional da Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB em sua sigla em inglês) ao destacar os benefícios que a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos promovem para a sociedade, bem como os crescentes custos advindos da perda ou degradação dos mesmos.

Desse modo, o projeto pretende contribuir para que haja maior integração do valor dos serviços ecossistêmicos na tomada de decisão. Os objetivos do projeto são:

- Identificar e destacar os benefícios resultantes da conservação e do uso sustentável da biodiversidade e dos Serviços Ecossistêmicos (SE) no Brasil e os custos associados à sua perda;
- Integrar a biodiversidade e os SE em processos de tomada de decisão de políticas públicas e empresas.

Os componentes do Projeto incluem a integração de SE no desenvolvimento de políticas e estratégias em nível nacional, regional e local, na gestão de pequenas e médias empresas e no desenvolvimento de Contas Econômicas Ambientais.

O projeto pretende contribuir para:

- A consolidação do tema de SE nas agendas do setor público e do setor empresarial;
- A promoção de instrumentos econômicos para a conservação e mecanismos de financiamento;
- A institucionalização do enfoque de SE no desenvolvimento de capacidades, no planejamento e na tomada de decisão sobre os ecossistemas e o território;
- O fortalecimento do planejamento do uso do solo e da gestão dos ecossistemas com informações sobre SE;
- Disseminação de mensagens-chave sobre o valor dos SE para a economia e o bem-estar humano, para diferentes setores da sociedade.

Projeto “Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica” (Projeto Mata Atlântica)

Devido ao histórico de ocupação e exploração econômica da Mata Atlântica, os seus ecossistemas foram amplamente desmatados e fragmentados. Mesmo assim, o bioma possui uma das maiores biodiversidade do mundo. Atualmente, entre os principais desafios da região estão a conservação e a recuperação da vegetação nativa considerando a mudança do clima.

Por isso, o Projeto Mata Atlântica busca contribuir com a mitigação e adaptação à mudança do clima na Mata Atlântica por meio de medidas baseadas em ecossistemas, como a conservação da biodiversidade em áreas protegidas.

A consultoria demandada contribuirá principalmente para o alcance dos objetivos do Componente 2 do projeto, que visa fortalecer capacidades de atores locais e nacionais para a implementação de mecanismos de incentivo econômico para estratégias de adaptação e mitigação à mudança do clima com enfoque ecossistêmico.

Iniciativas do Paraná na agenda de valorização da biodiversidade e dos SE

O Estado do Paraná vem se destacando nas últimas décadas por seu pioneirismo na agenda ambiental. O Paraná foi o primeiro estado brasileiro a implantar o “ICMS Ecológico”, em 1989, que é uma das principais e mais conhecidas iniciativas de PSA no país. O Estado vem se articulando para a ampliação de suas políticas de conservação e uso sustentável da biodiversidade, tendo criado nos últimos anos importantes marcos regulatórios relacionados a incentivos econômicos para a valorização dos serviços ecossistêmicos, a exemplo da Política Estadual de Mudança do Clima, do Programa Bioclima Paraná e do Pagamento por Serviços Ambientais e do Biocrédito. Recentemente, foi regulamentado por meio da Resolução da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná (SEMA-PR) n. 080, de 21.12.2015 o PSA para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) no estado.

A previsão da SEMA-PR é lançar a primeira chamada pública para proprietários de RPPN no estado até setembro de 2017. O edital, que conta com recursos da ordem de R\$ 3,75 milhões oriundos de compensação ambiental, irá abranger propostas de recebimento de PSA e elaboração de plano de manejo. Outros recursos já estão garantidos para o monitoramento dos projetos que serão executados em um prazo de 02 anos. Estima-se que os recursos deste edital serão suficientes para a realização de pagamentos por serviços ambientais por dois anos para até 53 RPPNs e apoio financeiro à elaboração de planos de manejo de até 46 RPPNs. O Estado busca alternativas para viabilizar a perenidade dos pagamentos e a abrangência das demais reservas privadas no estado, que atualmente envolve 256 áreas, reconhecidas pelos órgãos ambientais competentes na esfera Federal, Estadual e Municipal.

Parceria entre os projetos TEEB R – L e Mata Atlântica com a SEMA-PR

Dentre as ações prioritárias para os Projetos TEEB R – L e Mata Atlântica está o apoio a iniciativas de construção e implementação de instrumentos de políticas públicas na esfera dos estados (no caso do TEEB R – L) e de regiões de mosaicos de unidades de conservação (no caso do Mata Atlântica), visando criar um ambiente político favorável para a valorização da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Espera-se ter, como resultados do apoio às iniciativas estaduais, também o estímulo às iniciativas municipais, do setor privado e da sociedade civil.

O Projeto Mata Atlântica vem apoiando diversas iniciativas do governo do Estado do Paraná, principalmente no contexto do Mosaico Lagamar, como a elaboração de Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica e Planos de Manejo de UCs. Além dessas atividades, foi previsto também o apoio a um estudo sobre possíveis fontes e mecanismos de captação de recursos financeiros para dar suporte ao PSA (com foco em RPPNs). Esta atividade foi identificada pelo Departamento de Conservação de Ecossistemas (DECCO/SBio) e a GIZ como atividade com potencial para ser implementada em parceria entre os dois projetos da Cooperação, TEEB R – L e Mata Atlântica. Para o Projeto TEEB R – L a iniciativa do Estado do Paraná é estratégica devido a importância de viabilizar instrumentos econômicos de incentivo ao envolvimento do setor privado na conservação e o potencial de replicação da iniciativa em outras unidades da federação.

Objetivo

Esse TdR visa à contratação de pessoa jurídica para prestar serviços de consultoria técnica especializada.

O objetivo da consultoria é apoiar a construção e articulação de uma estratégia para a implementação da política estadual de pagamento por serviços ambientais (PSA) em RPPNs no Paraná.

Atividades

1. Participar de reunião presencial ou à distância com as equipes da SEMA-PR, DECO/SBio/MMA e GIZ para discussão e alinhamentos que se fizerem necessários.
2. Elaborar Plano de Trabalho com base nesse TdR e na reunião com as equipes citadas acima.
3. Realizar levantamento sucinto do marco legal, histórico, estado atual da política de PSA existente no estado do Paraná.
4. Realizar levantamento sucinto sobre políticas municipais de PSA existentes no estado do Paraná mais relevantes para os fins desse trabalho.
5. Sistematizar informações já existentes sobre as RPPNs do estado do Paraná, incluindo programas de PSA voltados a elas.
6. Mapear potenciais fontes de financiamento e instituições parceiras existentes para a implementação do PSA em RPPNs no Paraná junto aos setores público (em suas três esferas), privado, da sociedade civil, e de cooperação internacional.
7. Levantar e compilar dados existentes sobre valoração/valorização dos SE efetivamente prestados pelas RPPNs e apontar lacunas existentes.
8. Identificar os principais setores produtivos usuários dos SE prestados pelas RPPNs no Paraná, com base em informações existentes. Levantar novas informações em até três territórios piloto a serem definidos junto às equipes da SEMA-PR, DECO/SBio/MMA e GIZ.
9. Levantar informações junto às fontes de financiamento e instituições parceiras sobre possibilidade de cooperação com aporte financeiro ou não-financeiro, e valores estimados para um horizonte temporal de médio/longo prazo, visando viabilizar a implementação de um programa de PSA para RPPNs no Paraná.
10. Elaborar estratégia e plano de ação para a implementação de PSA em RPPNs no Paraná, incluindo: a) proposta de mobilização de recursos; b) proposta de envolvimento das instituições mapeadas e dos usuários dos SE (incluindo mensagens-chave e propostas de produtos de comunicação) e c) proposta de arranjo institucional para viabilizar o instrumento.
11. Apresentar os resultados da consultoria para os principais atores identificados como parceiros potenciais junto à SEMA-PR.

Todas as atividades deverão trazer um recorte específico para a região do Lagamar paranaense.

O consultor deverá utilizar equipamentos próprios (computador, softwares, etc.) para a elaboração dos produtos, os quais deverão ser apresentados seguindo os padrões da ABNT quanto às normas para citações e referências, com redação em português fluente e revisada – e/ou outro(s) idioma(s) indicado(s) na descrição dos produtos.

Todas as atividades deverão ser realizadas conforme orientação da SEMA-PR, DECO/SBio/MMA e GIZ.

Validade do Contrato

As atividades deverão ser realizadas **no período de 30/09/2017 a 30/05/2018**. Quaisquer alterações de serviços e prazos deverão ser acordadas previamente entre as partes.

Nesse período, o consultor deverá dispor de **120 dias efetivamente** dedicados à execução dos serviços demandados por este Termo de Referência.

Produtos e Cronograma preliminar

		Prazo de Entrega	Formato/ Especificações
Produto 1.	Plano de trabalho e Documento técnico contendo marco legal, histórico e estado atual da política de PSA do Paraná e de outras políticas municipais relevantes no estado; informações sobre as RPPNs do estado e mapeamento das potenciais fontes de financiamento e instituições parceiras existentes para a implementação do PSA em RPPNS no Paraná (referente às atividades 2, 3, 4, 5 e 6)	Até o dia 15/11/2017	Documento nos formatos MS Word (.docx) e PDF

<p>Produto 2</p> <p>Documento técnico contendo dados sobre valoração/valorização dos SE em RPPNs e as lacunas existentes, os principais usuários dos SE prestados pelas RPPNs no Paraná, além de fontes de financiamento, instituições parceiras, possibilidades de cooperação e valores estimados para um horizonte temporal de médio/longo prazo para a implementação do PSA em RPPNS no Paraná (referente às atividades 7, 8 e 9).</p>	<p>Até o dia 15/02/2018</p>	<p>Documento nos formatos MS Word (.docx) e PDF</p>
<p>Produto 3</p> <p>Documento técnico contendo estratégia e plano de ação para a implementação de PSA em RPPNs no Paraná, e apresentação dos resultados da consultoria (referente às atividades 10 e 11).</p>	<p>Até o dia 30/04/2018</p>	<p>Documento nos formatos MS Word (.docx) e PDF, e uma apresentação síntese em MS Power Point</p>

Viagens

Os deslocamentos para a execução de atividades relacionadas a este trabalho, no estado ou fora deste, caso necessários, deverão ser previstos na proposta financeira.

Local de trabalho

As atividades serão realizadas no Estado do Paraná e os profissionais deverão preferencialmente residir no estado.

Desembolso dos honorários

Os honorários negociados serão pagos da seguinte forma:

- 20% após a entrega e aprovação do produto 1;
- 40% após a entrega e aprovação do produto 2;
- 40% após a entrega e aprovação do produto 3.

Qualificações profissionais

Qualificações obrigatórias

É exigido que pelo menos um membro da equipe proponente tenha experiência de no mínimo:

- 05 anos em gestão de projetos socioambientais;
- 03 anos de experiência em facilitação de processos de articulação institucional envolvendo atores dos setores público, privado e sociedade civil e processos participativos de diálogo interinstitucional.

Qualificações desejáveis

É desejável que o(s) profissional(is) tenha(m) experiências ou habilidades em:

- Elaboração de projetos multilaterais;
- Mapeamento de fontes de financiamento;
- Estratégias de captação de recursos;
- Serviços ecossistêmicos e PSA;
- Sustentabilidade econômico-financeira de RPPNs;
- Instrumentos econômicos para a proteção da biodiversidade; e
- Valoração ambiental.

É desejável que os profissionais tenham pós-graduação em tema relevante para o escopo dessa consultoria.

Comprovantes das experiências ou habilidades poderão ser exigidos pela contratante na assinatura do contrato.

Orientações sobre a menção do apoio dos projetos e utilização dos dados gerados para fins acadêmicos

Nos produtos elaborados no âmbito deste contrato, assim como em eventuais trabalhos futuros e desdobramentos que possam fazer uso dos produtos (em sua totalidade ou parcialmente), desde que não contenha informações sigilosas, o apoio técnico e financeiro do projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica e TEEB Regional - Local deverá ser explicitado. Para tanto, deverá constar de forma visível a seguinte menção:

“O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito dos Projetos Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica e Conservação da Biodiversidade através da Integração de Serviços Ecossistêmicos em Políticas Públicas e na Atuação Empresarial – TEEB Regional-Local. O Projeto Mata Atlântica é uma realização do governo brasileiro, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), no contexto da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável Brasil-Alemanha, no âmbito da Iniciativa Internacional de Proteção do Clima (IKI) do Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Construção e Segurança Nuclear (BMUB) da Alemanha. O projeto conta com apoio técnico da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH e apoio financeiro do KfW Banco de Fomento Alemão. O Projeto TEEB R - L é uma iniciativa do governo brasileiro, coordenado pelo MMA, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a GIZ no contexto da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável Brasil-Alemanha, igualmente no âmbito da Iniciativa IKI do BMUB. O projeto conta com apoio técnico da GIZ com recursos do BMUB da Alemanha.

A primeira frase dessa menção poderá ser substituída pela seguinte frase, caso se trate de trabalhos futuros e desdobramentos, fazendo uso dos produtos elaborados (em sua totalidade ou parcialmente) no âmbito deste contrato: “O presente trabalho foi desenvolvido com base em produtos e atividades realizadas no âmbito dos Projetos Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica e Conservação da Biodiversidade através da Integração de Serviços Ecossistêmicos em Políticas Públicas e na Atuação Empresarial – TEEB Regional-Local.”

Ainda, deverão constar, também de forma visível, os logotipos atuais do Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica, do Projeto TEEB R – L, do MMA, da CNI, da GIZ e do KfW, do Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Construção e Segurança Nuclear (BMUB) da Alemanha, do Governo do Paraná e de outros atores que tenham contribuído de maneira significante ao desenvolvimento do trabalho.

A utilização e aproveitamento dos dados do trabalho para a elaboração de artigos científicos e de divulgação, assim como para atividades de ensino e pesquisa de pós-graduação são permitidas observando-se as orientações sobre a menção do apoio do projeto especificadas acima. Anteriormente à assinatura do contrato, os responsáveis pelo projeto no MMA, na SEMA-PR e na GIZ devem ser comunicados sobre possíveis trabalhos acadêmicos a serem desenvolvidos com os resultados desta consultoria, sendo explicitados o escopo, resultados esperados e enfoque da discussão dos mesmos.

Em nenhuma hipótese será admitida a postergação ou atraso da entrega dos produtos devido a prazos para conclusão, submissão ou publicação de trabalhos científicos. O uso para fins acadêmicos dos dados resultantes desta consultoria não poderá resultar em qualquer tipo de complicações para entrega dos produtos estabelecidos por contrato.

Acompanhamento e aprovação

O trabalho deverá ser desenvolvido em permanente contato e sob a coordenação da equipe de acompanhamento da consultoria, composta pela SEMA-PR, DECO/SBio/MMA e GIZ, inclusive na aprovação e/ou solicitação de retificação de produtos.

A supervisão dos trabalhos será realizada por Sueli Ota, da SEMA-PR; pelas analistas ambientais Luana Duarte e Jennifer Viezzer, do DECO/SBio/MMA; e Bruno Filizola e Patrícia Betti, da GIZ.

A aprovação final dos serviços/produtos e a autorização para pagamento estará sob a responsabilidade da coordenadora da GIZ do Projeto TEEB R – L, Raquel Agra.

Brasília-DF, 11 de agosto de 2017.



Raquel Agra
Coordenadora
Projeto TEEB Regional-Local
Cooperação Alemã para o Desenvolvimento
Sustentável – GIZ